

Gasto com juros eleva dívida pública em R\$ 9 bi

Parcela corrigida pelo câmbio caiu de 16,58% para 15,79% do total, o menor índice desde dezembro de 1999

Eliane Oliveira

• **BRASÍLIA.** O aumento dos gastos com juros elevou em 1,31% a dívida mobiliária federal (em títulos públicos) em junho, em relação ao mês anterior, com impacto estimado em R\$ 9 bilhões. Apesar da alta, que fez com que o total da dívida passasse de R\$ 748,38 bilhões para R\$ 758,19 bilhões, houve uma queda expressiva da exposição cambial do país (dívida atrelada à variação do dólar formada por títulos cambiais e contratos de *swap*). A participação desses títulos encolheu de 16,58% para 15,79% — o menor índice desde dezembro de 1999, início da divulgação da pesquisa pelo governo. A taxa básica de juros (Selic), porém, ainda corrige 50,62% dos débitos.

— Isso é bom, porque quanto menor a participação de títulos cambiais na dívida, maior a previsibilidade que o Tesouro tem para o pagamento, já que cai o risco de haver uma oscilação no dólar e contaminar toda a dívida pública — explicou o coordenador da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Paulo Valle.

Parcela cambial será de 13% no fim do ano, prevê governo

A redução dos débitos atrelados a moedas estrangeiras (especialmente o dólar) já leva o Banco Central a projetar que a parcela da dívida cambial no total do endividamento fique em torno de 13% no fim do ano.

Com o resgate líquido de US\$ 3,6 bilhões este mês (diferença entre a emissão de novos papéis e a retirada de títulos antigos do mercado) nesta categoria, o BC estima que, em julho, a exposição cambial já ficará próxima a 14%.

— Essa redução ajuda a melhorar a percepção do risco-país. Há um aumento gradual de prefixados e uma redução expressiva da dívida cambial. Ainda não é o perfil ideal, mas é muito melhor do que os 40% de exposição cambial que registramos em setembro de 2002 — comparou o chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab) do Banco Central, Sérgio Goldenstein, acrescentando que a redução do passivo cambial é o objetivo do governo.

Participação de títulos corrigidos pela Selic caiu

O relatório conjunto divulgado ontem pelo Tesouro e pelo BC revela ainda que a participação dos títulos prefixados — com juros determinados na venda do papel e que portanto não variam de acordo com o humor do mercado — aumentou para 16,82%. Em maio, a parcela era de 16,37%.

Em junho, a parcela de títulos remunerados por índices de preços alcançou 14,9% da dívida, frente a 14,7% em maio, como resultado de uma emissão líquida de R\$ 1,8 bilhão. Além disso, em consequência do resgate líquido de R\$ 2



bilhões, a participação dos títulos corrigidos pela taxa Selic caiu de 57,9% em maio para 57,7% em junho. No entanto, levando-se em conta as operações de *swap* (troca), a exposição à taxa Selic permaneceu constante, em 50,6%.

Os resgates totais de títulos federais (todos os tipos de papéis) chegaram a R\$ 21,8 bilhões no mês passado, sen-

do R\$ 20,2 bilhões referentes aos vencimentos do próprio mês e R\$ 1,6 bilhão relativo às operações de compra/troca.

Em maio, a dívida mobiliária federal caíra 2,51%, de R\$ 767,67 bilhões em abril para R\$ 748,38 bilhões. Foi a primeira vez que o estoque teve redução desde abril de 2003. Entretanto, a queda não ocorreu por uma ação do governo, mas por-

que as turbulências no mercado financeiro em maio dificultaram a emissão de títulos públicos e obrigaram o Tesouro a fazer um resgate líquido no valor de R\$ 33,5 bilhões. Como os investidores não tiveram interesse pelos papéis do governo, as emissões no mês somaram apenas R\$ 8,7 bilhões, enquanto os resgates chegaram a R\$ 42,2 bilhões. ■

Editoria de Arte

TRADUZINDO O ECONOMÊS

• DÍVIDA MOBILIÁRIA:

Para captar recursos e financiar seus gastos, o governo emite títulos, com prazos diferenciados e diferentes remunerações (câmbio, Selic, TR e inflação).

• TAXA SELIC:

São os juros básicos da economia brasileira. A Selic é fixada pelo Banco Central (BC) e corrige alguns títulos, como as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs). Está em 16% ao ano.

• DÍVIDA CAMBIAL:

A dívida do governo atrelada ao dólar tem duas modalidades — os títulos cambiais, cuja remuneração varia de acordo com o dólar, e os contratos de *swap*. Como o próprio nome diz, o *swap* (ou troca, em inglês) é um contrato em que há troca de taxas de rentabilidade. Na operação, os bancos aplicam em títulos públicos corrigidos pela variação do câmbio. Em contrapartida, o BC ganha a oscilação dos juros. Quando o câmbio sobe mais que os juros, o mercado ganha. Mas, quando os juros têm alta maior do que o dólar, quem ganha é o BC.